Fundação **Casa de Rui Barbosa**

www.casaruibarbosa.gov.br

Memória e patrimônio em uma colônia: políticas culturais para a diversidade

José Roberto Severino*

Resumo: Este artigo pretende uma análise dos mecanismos de ação sobre políticas culturais focados na imigração e cultura japonesa em colônias dos anos setenta. São analisados os aspectos que compõem as noções de pertencimento – desdobradas a partir da memória social – e de inserção política – entendidas em suas representações no ambiente público – no cenário contemporâneo das lutas por reconhecimento e de afirmação identitárias no Brasil. Os processos de musealização e de representações da identidade nos meios de comunicação compõem a matéria prima da análise.

Palavras-chave: Memória, patrimônio, política cultura.

Este artigo pretende uma análise dos mecanismos de ação sobre política culturais focados na imigração e cultura japonesa em uma dada realidade. Neste sentido, peço desculpas pelas ausências, que seriam facilmente detectadas por aqueles que se debruçam de forma tão aplicada ao tema, aliás, de marcada importância nas pesquisas sobre a influência nipônica e de seus descendentes na sociedade brasileira. O que se pretende, de forma modesta, mas também de forma a contribuir no debate aqui proposto, é pontuar, a partir de uma dada experiência, os aspectos que compõem as noções de pertencimento e de inserção política no atual cenário das lutas por reconhecimento e de afirmação identitárias no Brasil.

* Professor Adjunto do Departamento de Comunicação da FACOM da Universidade Federal da Bahia. Pesquisador do Cult/UFBA. Pesquisador do LEI/USP. E-mail: jseverino@ufba.br, jrseverino@hotmail.com.

O recorte do trabalho procura fazer uma análise a partir de uma experiência de preservação de patrimônio em Itajaí, um município de porte médio do Estado de Santa Catarina. A partir da gestão 2005-2008, da Fundação Genésio Miranda Lins, por mim dirigida a convite do governo municipal, pude acompanhar a ação patrimonial por meio de intervenções focadas na noção de diversidade cultural, gerador desta análise. O Estado, como inúmeros estudos sugerem, é palco de antigas disputas quando se fala de presença identitária em sua formação[1]. A noção de patrimônio que move a análise não recai sobre os problemas que o próprio termo pode sugerir, mas sem desconhecê-los[2], buscamos avançar nas formas de representação que se tem a partir dele. No município, a Fundação Genésio Miranda Lins faz o trabalho de salvaguarda do patrimônio. A instituição em análise nem sempre se prendeu ao postulado na Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, postulada na Conferência Geral da Organização das nações Unidas, na 33ª reunião, em Paris entre 03 e 21 de outubro de 2005[3]. A Fundação administra três unidades – Museu Histórico, Centro de Documentação e Memória Histórica e Museu da Gente do Vale –, a entidade passou a ter como objetivo desenvolver políticas de inclusão da diversidade na preservação do patrimônio Histórico e Cultural da cidade. A instituição passou a utilizar

[1] SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim.* Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974. A autora coloca a vinda dos imigrantes italianos para a região após a ocupação dos alemães. P. 9. Especificamente sobre o município de Itajaí, conferir o trabalho que aponta para uma pluralidade étnica, de FLORES, Maria Bernardete Ramos. *História Demográfica de Itajaí*: Uma população em Transição. 1866-1930. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1979. Dissertação de Mestrado. Segundo a autora, "alguns destes colonos imigrantes, talvez, ao invés de adentrarem o vale, ficaram em Itajaí. Ou, quem sabe, tenham voltado depois. O certo é que, entre os noivos que vieram do estrangeiro, foram encontrados com boa frequência, no início do período, os alemães (19,2%) e a partir de 1896, os italianos (14%). [...] Constatou-se, assim, que a população itajaiense constitui uma mescla de etnias", p. 77-81.

[2] Para uma revisão do conceito de patrimônio, conferir CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. S. Paulo: Ed. Da UNESP, Estação Liberdade, 2001. Ver também POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*, séculos XVIII-XXI. Do documento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

[3] *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.* Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/ Ministério da Cultura. 2006.

uma sistemática de salvaguarda de acervos pessoais que tendiam a desaparecer, a partir do uso de entrevistas e da metodologia da história oral. Todos os bairros e localidades tiveram seu patrimônio inventariado a partir do diálogo com seis moradores.

Com isto, a partir desta premissa, a noção de pedra e cal, presente nas políticas de preservação do município que davam o tom das práticas de preservação, foi ampliada e problematizada pela noção de diversidade cultural[4]. A partir da gestão de 2005, aquilo que estava presente na vida cotidiana do município passou a compor as representações museais e historiográficas do lugar, com a produção de reflexões e textos, que contribuíram para a produção de livros, material didático e para-didático, exposições e material audiovisual. As ações de políticas públicas em patrimônio[5], os princípios da diversidade cultural e as noções de cidadania cultural ganharam vez e voz.

O movimento constante promovido pelo crescimento urbano impele à ocupação de novos espaços, re-adequação dos antigos e, enfim, redesenha a cidade. Neste movimento encontram-se os diversos grupos sociais/étnicos que promovem e vivem os afrouxamentos dos laços que unem as pessoas ao lugar. As gerações e os saberes são dispersos, produzindo uma perda das experiências afetivas. Lembranças esparsas sobre a cidade e seus bairros podem ser encontradas em acervos fotográficos esquecidos em fundos de gavetas, ou que circulam apenas no âmbito familiar. Imagens especulares circulam na mente de grandes narradores que são verdadeiros arquivos ambulantes. O esforço aqui é analisar uma política de visibilidade e de contextualização dos acervos que tenta incluir os diversos grupos étnicos e comunidades.

[4] Lembro as problematizações do conceito em BARBALHO, Alexandre. Políticas culturais no Brasil: identidade sem diferença in RUBIM, Antonio Albino Canelas, BARBALHO, Alexandre (org.). *Políticas Culturais no Brasil.* Salvador: EDUFBA, 2007, p. 37-60.

[5] Notadamente a partir das ações do Ministério da Cultura e da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), a partir de formação e capacitação de profissionais ligados ao patrimônio. O Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU), é exemplo disso.

Aqui, vou falar sobre políticas afirmativas e a relação do acervo com as comunidades a partir de um pequeno recorte, que, no caso, justifica este trabalho no evento sobre a imigração japonesa para o Brasil. O caso analisado é a Colônia Japonesa de Rio Novo e o papel social das identidades nos processos musealização dos acervos, bem como o local central da escola nas práticas culturais de uma na colônia. Tomo de João Teixeira Lopes[6], a idéia da escola como lugar privilegiado quando se fala de cultura, do território como espaço significado e, portanto, compreendido e interpretado de formas diferentes pelos diversos grupos, e das noções de políticas culturais como algo que deva ser formulado a partir de diagnósticos e compreensão da diversidade social, econômica e cultural presente. O autor vê tais pressupostos como centrais para pensar ações no âmbito da preservação e transmissão de conteúdos e práticas culturais.

Ainda no âmbito do local e do cotidiano social, faço referência a Harry Harootunian[7], historiador da cultura no Japão. O autor busca problematizar a cotidianidade como um tipo de experiência que ele localiza na especificidade da experiência moderna do capitalismo. Neste sentido, propõe pesquisas que levem em conta uma certa experiência temporal do cotidiano, que leve em conta a característica de que tal experiência é simultânea, já que tem a mesma temporalidade quando submetidas ao capitalismo industrial; mas também que é desigual, já que produz qualidades diferentes em cada ambiência e território. Com base nessas premissas, é que faremos um breve passeio pela migração Japonesa em Itajaí.

Desde 1972, imigrantes e descendentes de japoneses enriquecem a história de Itajaí, mas nem tanto a historiografia. Para entender a presença da cultura japonesa na

[6] LOPES, João Teixeira. *Escola, território e políticas culturais.* Porto: Campo das Letras, 2003. O autor faz uma análise da dos mecanismos de participação na definição de políticas culturais no âmbito local. Neste sentido, é preciso ouvir os habitantes para além das vontades dos governantes políticos e dirigentes culturais locais. O autor destaca o papel da formulação de políticas cultuais que levem em conta o princípio de que os municípios funcionam em rede e que competem entre si e com as esferas regionais e nacionais.

[7] HAROOTUNIAM, Harry. History's Disquet. Modernity, Cultural Practice, and the Question is Everyday Life. New York: Columbia University Press, 2000.

cidade, é preciso fazer a retrospectiva de uma narrativa historiográfica[8] e da valorização do elemento nacional em seu contexto de emergência/gênese. Boa análise crítica do período de implantação é feita por João Klug e André de Souza Martinello[9]. Na mesma direção de perceber como algumas narrativas historiográficas qualificam a migração japonesa, o artigo inicia fazendo referência a Walter Piazza[10], e afirma,

> Para o historiador catarinense Walter Piazza, o registro histórico da imigração japonesa no "território catarinense é muito vago", devido às poucas informações não compreendidas do estabelecimento dos japoneses no núcleo tritícola de Curitibanos e da mesma etnia no planalto norte de Santa Catarina. Mas Piazza limita-se às histórias dos japoneses em Itajaí, relatando a atuação do Presidente do IRASC (Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina) e do prefeito municipal, ambos, com seus interesses específicos ao criarem a colônia Rio Novo. Outros registros também enfatizam demasiadamente a coragem, a determinação e até mesmo uma espécie de capacidade de organização do poder executivo de Itajaí, o qual conseguiu atrair agricultores japoneses para seu município. Nesse caso, a eleição do "forte", do "capacitado" e do "bem-sucedido" (adjetivos comuns nos relatos de memórias de imigrantes), não se refere aos orientais, mas àqueles que os trouxeram.[11]

Esta noção, recorrente na historiografia, como se disse, reforça a noção de origem comum pautada nos grupos eleitos como representantes: portugueses continentais e açorianos. Mesmo que citando as levas de imigração, a historiografia local e catarinense se nega a permitir a composição híbrida[12] da população e, portanto, da

[8] Exemplificado na obra de CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Ed. Laudes, 1970.[9] KLUG, João e MARTINELLO, André de Souza. A criação do Núcleo Rio Novo e os migrantes japoneses em Itajaí. In: *Blumenau em cadernos*, v. XLVIII, p. 58-72, 2007.

[10] PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

[11] KLUG, João e MARTINELLO, André de Souza, op. cit., p. 57-58.

[12] CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas.* Tradução Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997. GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço.* Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Cia das Letras, 2001. Em especial o capítulo 2 intitulado "Misturas e Mestiçagens".

cultural local/regional. Outra acontecia nas ruas e bairros da cidade, marcada pela diversidade (como forma de olhar) e pela diferença (como presença dos singulares culturais).

Em 2008, a Fundação Genésio Miranda Lins criou uma exposição composta por peças do acervo do Museu Histórico de Itajaí. Entre elas, um conjunto de miniaturas representando o imperador e a imperatriz do Japão e uma réplica de um capacete de samurai, dita do período medieval. Ambas as peças foram presentes da delegação de Sodegaura, que doou à Prefeitura de Itajaí, em 1979, numa visita que iniciava uma série de ações entre as duas cidades. Além das peças que passaram a integrar o acervo do Museu, fizeram parte da mostra alguns pertences da família japonesa da imigrante Nobu Sekiguchi. Mas como que uma exposição poderia ir na direção contrária da historiografia? Em que medida o cotidiano da vida social e cultual da cidade era diferente dos argumentos historiográficos sobre a origem do lugar, e mais. Se a exposição se dava, como ficavam os argumentos precisos das origens locais que a tantos deram prestígio e posição social? Haveria uma migração capaz de alterar os pressupostos historiográficos. A historiografia precisaria ser revista, então? Muitas perguntas para uma comunicação que se pretende singela e rápida. Mas vamos aos fatos.

A migração japonesa para Itajaí, como dito anteriormente, teve início em 1972, com a chegada de cinco famílias japonesas. O projeto, coordenado a partir de ações do município, buscou a criação de uma nova colônia, que se formou na Agrovila do Rio Novo. A colônia produzia hortaliças e verduras, formando o que se chamou de cinturão verde, em substituição às importações dos produtos de outros núcleos hortifrutigranjeiros. E em 7 de outubro do mesmo ano, o imigrante Hajime Katsurayama já saía às ruas de Itajaí para vender hortaliças, principal atividade na colônia ainda hoje. Em entrevista para a Fundação Genésio Miranda Lins, o agricultor e imigrante japonês Mitsugi Takahashi conta porque veio morar em Itajaí:

> Itajaí? Itajaí... Itajaí eu vim porque eu gostei. Meu pai gostou. É perto do mar e nós gostamos muito de peixe. A terra é boa, pelo menos parecia. E assim, a Prefeitura deu melhores condições de pagamento para compra de terra.

Será ainda no artigo de Klug que encontramos os dados sobre como se deu a formação colônia e os discursos que se fizeram sobre isso. Com base nos jornais, em entrevistas e na publicação Itajaí – um livro em formato grande, de capa dura, que "sintetiza" a história do município, atualiza dados demográficos, sociais e econômicos. A análise aborda a imigração como ato de empreendedorismo dos dirigentes da cidade. A falta de uma feira na cidade, a carência de ofertas de legumes e verduras, a vinda de produtos de cidades como Curitiba, teria levado o prefeito à época, Júlio César, a buscar uma solução para a situação precária em que se encontrava a cidade neste quesito. Os dados de uma carência foram os principais motivos e que deram o motivo para a busca de migrantes capazes de suprir esta demanda. O artigo faz a análise de que os principais nomes foram prefeitura, IRASC e JAMIC – colonizadora oficial japonesa- com sede em POA, no contexto do PND I. Os nomes principais eram ressaltados na imprensa e o vigor do migrante era visto como fator positivo, mas conduzido pelas mãos dos bons dirigentes locais. Neste aspecto, haveria uma política governamental para imigrantes japoneses e agricultura.[13]

Enquanto desdobramento, contudo, parece que as ações governamentais não avançaram muito. Um dado que precisa ser ressaltado é o convênio firmado com a cidade de Sodegaura, que passa a ser "Cidade-Irmã". O município de Itajaí realizou o primeiro contato com representantes de Sodegaura, uma pequena cidade japonesa, localizada entre o mar e as montanhas, nas costas da província de Chibe e de frente para a baía de Tóquio. Em 1979 o município de Itajaí passou a ser "Cidade-Irmã" de Sodegaura, com a oficialização entre os dois municípios. A partir do convênio, deu-se o início de relações de intercâmbio cultural, tecnológico, educacional e industrial. Alunos de ambas as cidades viajaram inúmeras vezes, levando consigo aspectos da cultura

[13] KLUG, João e MARTINELLO, André de Souza, op. cit.

contemporânea de cada cidade. Comitivas de empresários também promoveram contatos. Essas comitivas sempre levavam e traziam presentes, que foram se acumulando, em parte, no Museu Histórico de Itajaí. Os presentes recebidos também pelos prefeitos e representantes da câmara, foram entregues à reserva técnica do museu.

A presença da imigração ganhou corpo também em monumentos que simbolizaram as relações com a "Cidade-Irmã" e a presença de imigrantes japoneses em Itajaí. Inaugurado em 1990, o Caminho de Sodegaura e, em 2003, o Portal, na Avenida Beira Rio, passaram a ser referências públicas da presença japonesa no município. A paisagem urbana e agrícola passou a compor mais esse traço cultural, marcado pela tradição milenar desse povo e pelas relações internacionais estabelecidas.

Fonte: Pórtico e caminho de Sodegaura. Foto de Ivana Severino. 2010.

Além disso, a comunidade japonesa organizou-se em torno de uma associação, a Associação nipo-brasileira de Itajaí (ANBI). As famílias japonesas da Região de Influência do município passaram a participar da entidade, ampliando a comunidade japonesa para além do núcleo colonizador. As ações que ocorreram a partir do núcleo, começaram a incorporar os novos imigrantes/migrantes, moradores do entorno. Neste

sentido, as articulações renovaram a própria idéia generalizada do imigrante japonês na região. Agrônomos, profissionais da saúde, funcionários públicos, empresários, formavam agora a comunidade japonesa de Itajaí e região.

Quando foi organizada uma exposição composta por peças do acervo do Museu Histórico de Itajaí, o local de sua abertura foi uma festa promovida pela associação. Entre os objetos expostos, um conjunto de miniaturas representando o imperador e a imperatriz do Japão e uma réplica de capacete de samurai, do período medieval. Ambas as peças foram presentes da delegação de Sodegaura à Prefeitura de Itajaí, em 1979. Além das peças que integram o acervo do Museu, fizeram parte da mostra alguns pertences da família japonesa da imigrante Nobu Sekiguchi, moradora da Colônia Rio Novo. A exposição foi considerada uma homenagem à imigração japonesa em Itajaí. O tema central, a imigração, buscou abordar a idéia de deixar a terra de origem – entes queridos, pertences e lugares – para viver em outro país. A imigração produz, sempre, um sentimento de nostalgia. Um vazio que fica para sempre. “Para muitos imigrantes japoneses, Itajaí foi o lugar onde suas vidas puderam novamente ser semeadas. Passados 36 anos, imigrantes e descendentes de japoneses já compõem a imagem e a riqueza da diversidade cultural de Itajaí”, concluía o texto de abertura da exposição.

A exposição foi organizada a partir de uma demanda da ANBI, que procurou junto à Fundação Cultural e Fundação Genésio Miranda Lins, incluir a comunidade japonesa no calendário cultural do município, com base nas premissas de diversidade já citadas. O evento ocorreu no dia 9 de agosto de 2008, na praça Genésio Miranda Lins, na orla da Beira-Rio. Este local é conhecido hoje como a “Via Gastronômica” da cidade, onde se concentram diversos restaurantes com os mais variados cardápios. Ao longo da Avenida Ministro Victor Konder pode-se encontrar cantinas italianas, churrascarias e restaurantes especializados em frutos do mar. A avenida apresenta-se como expressão da diversidade cultural presente no município.

No local onde está localizado o pórtico Dr. Satoro Yokoyama e o caminho de Sodegaura, monumentos marco da amizade entre Itajaí e a cidade japonesa de Sodegaura, ocorreu a reunião da comunidade. Simbolicamente importante, contou com

a presença do Cônsul Geral do Japão, Soichi Sato, além das autoridades municipais e estaduais. A exposição foi planejada para seguir pelas escolas, tornando-se um dos projetos de educação patrimonial do Museu Histórico, denominada “Imigração Japonesa em Itajaí”.

No evento houve também apresentações de Taiko (tambores) e Odori (Dança) do Grupo Wakaba da Associação Cultural e Beneficente Nipo-Brasileira de Curitiba, judô com a Academia Zamboneti de Judô, karatê com o Estúdio Global de Karatê, exposição de origami da professora do Projeto Arte nos Bairros, Carlas Lessa Bicudo, exposição de mangá da professora da Casa da Cultura Dide Brandão, Eliane Moraes e gastronomia japonesa que ofereceu pratos como yakitor, yakisoba, tempura, sushi, manjú e saquê.

A ANBI foi fundada em 1987, para congregar os nikkeis (descendentes de japoneses) e brasileiros, com o objetivo de preservar e resgatar a cultura japonesa. Inicialmente restrito ao município de Itajaí, reúne associados residentes nas cidades vizinhas, somando cerca de 70 famílias. Na ANBI, são desenvolvidas atividades como culinária, undoukai (ginkana), karaokê, ensino da língua japonesa e intercâmbio com outras associações. Mantêm ainda, uma estreita relação de amizade com a Sociedade Amigos do Sol da cidade de Sodegaura do Japão, cuja cidade é coirmã da cidade de Itajaí.

Neste sentido, percebe-se que a participação dos imigrantes e seus descendentes nas atividades culturais do município vêm crescendo, relacionadas ao ativismo da associação. A visibilidade é maior do que em outros tempos, inclusive no que diz respeito à educação patrimonial. Mesmo que a ausência na historiografia diga o contrário, a força viva da participação cultural remete os descendentes de japoneses para o presente e para o auto-reconhecimento como pertencentes ao cenário cultural local.

Entrevistas

Mitsugi Takahashi. Moradora da Colônia Rio Novo. Entrevista ao Programa Memória dos Bairros. 2008. Arquivo Público de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

Nobu Sekiguchi. Entrevista ao Programa Memória dos Bairros. 2008. Arquivo Público de Itajaí. Fundação Genésio Miranda Lins.

Satoro Yokoyama. Cônsul do Japão em Porto Alegre. Entrevista informal para o autor em 2008.

Referências bibliográficas

Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/ Ministério da Cultura. 2006.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas.* Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis: Ed. Laudes, 1970.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. S. Paulo: Ed. da UNESP, Estação Liberdade, 2001.

FLORES, Maria Bernardete Ramos**.** *História Demográfica de Itajaí: Uma população em Transição. 1866-1930.* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1979.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço.* São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HAROOTUNIAM, Harry. *History's Disquet. Modernity, Cultural Practice, and the Question is Everyday Life.* New York: Columbia University Press, 2000.

Itajaí. Itajaí: Ed. Excalibur, 1970.

KLUG, João e MARTINELLO, André de Souza. A Criação do Núcleo Rio Novo e os migrantes japoneses em Itajaí. In: *Blumenau em cadernos*, v. XLVIII, p. 58-72, 2007.

LOPES, João Teixeira. *Escola, território e políticas culturais*. Porto: Campo das Letras, 2003.

PIAZZA, Walter Fernando. *A colonização de Santa Catarina*. 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*, séculos XVIII-XXI. Do documento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas, BARBALHO, Alexandre (org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1974.